

ABORDAGEM SOCIOLÓGICA E COMUNICACIONAL DO DISCURSO: A POBREZA SEGUNDO O GOVERNO FEDERAL

(Sociological and Communicational Discourse Approach: the poverty by Federal Government)

Rodrigo Slama Ribas ¹

Cleide Emília Faye Pedrosa ²

ABSTRACT

This study develops a critical analysis about the (re)production of the discourse on poverty, and hence on the poor, presented by the federal government in the official website of the plan “Brazil without misery”. Its main aim is investigating the identity construction of what is called by Bajoit (2006a) “faces of poverty” in the government speech. In order to achieve our aim, we have used Sociological and Communicational Discourse Approach (SCDA), according to Pedrosa (2012, 2013), and also by the sociological studies of Bajoit (2006a, [2005]2006b), that also serve as base to the SCDA analytical apparatus. It is also used the Appraisal System from the Functional Systemic Linguistic applied to Portuguese found in Vian Jr (2011), which is used as base to the textual analysis, first step to the discussion about the questions related to power and identity. Thereby, the discourse about poverty and misery taken from the government site serves as an object to the understanding of identity that was created and is renewed on poverty and poor Brazilians.

Keywords: *discourse analysis, poverty, Brazilian federal government, sociological and communicational discourse approach*

1. Mestrando em Linguística Aplicada do Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN, Brasil), e especialista em Linguística e Ensino de Língua Portuguesa (2011) pela mesma instituição. Atualmente, é bolsista de mestrado do CNPq.
2. Mestre e Doutora em Letras pela UFPE, fez o pós-doutorado na UERJ. Atualmente, é professora associada III na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN, Brasil), e atua na Pós-Graduação da UFRN e da UFS. É líder associada dos grupos de pesquisa Estudos da Linguagem e Ensino (UFS) e Grupo de Estudos do Texto e do Discurso (UFRN).

RESUMO

Este trabalho se propõe desenvolver uma análise a respeito da (re)produção do discurso sobre a pobreza, e, conseqüentemente sobre o pobre, proferido pelo governo federal no site oficial do plano Brasil sem miséria. O objetivo é averiguar, a partir do que diz o Planalto, as construções identitárias e o que Bajoit (2006a) chama de “rostos da pobreza”. Utilizamos, para tanto, a Abordagem Sociológica e Comunicacional do Discurso, ASCD, de acordo com Pedrosa (2012, 2013), além dos estudos sociológicos de Bajoit (2006a, [2005]2006b), que fundamentam a ASCD. O Sistema de Avaliatividade da Linguística Sistemico-Funcional aplicado à Língua Portuguesa, presente em Vian Jr. (2011), dará conta da análise textual, ponto de partida para a elucidação das questões relativas ao poder e à identidade. Deste modo, o discurso sobre a pobreza e combate à miséria, extraído das notícias do referido veículo, serve de objeto para a compreensão da identidade que se criou e se renova sobre a pobreza e sobre pobres no Brasil.

Palavras-chave: análise de discurso, pobreza, Governo Federal brasileiro, abordagem sociológica e comunicacional do discurso

Introdução

Nos últimos anos, após um operário nordestino de origem humilde, pobre, ascender à presidência da república através do Partido dos Trabalhadores – PT, fundado em 1980 por funcionários da indústria metalúrgica que trazia como missão a construção de um país para todos –, o discurso sobre o combate à miséria ganha mais destaque pelo governo federal brasileiro.

Acabar de vez com a pobreza extrema foi a principal promessa da atual presidenta da república, Dilma Rousseff, também do PT, que assume o planalto após duas eleições de seu antecessor. Para tanto, foi criado, em 2011, no primeiro ano do mandato do atual governo, mais especificamente no Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome, criado em 2004, pelo presidente Lula, o Plano *Brasil sem miséria*, cujo objetivo oficial “é elevar a renda e as condições de bem-estar da população” (Brasil, 2012a).

Essa iniciativa fomenta as discussões a respeito da miséria no país, seja pelo site oficial do programa, www.brasilsemmiseria.gov.br,

seja por cartazes em órgãos públicos, seja por revistas de circulação nacional, etc., pois o discurso de combate à miséria ou pobreza extrema circula em vários domínios sociais, e, por seu caráter hegemônico, pode, inclusive, influenciar outros discursos, como o midiático, por exemplo.

Desta maneira, ancorados no saber de que o combate à pobreza extrema tem norteado muitos trabalhos em diversas áreas da academia, percebemos, com o auxílio de análises acuradas a respeito do funcionamento do discurso, que este tema pode nos proporcionar uma compreensão das idiosincrasias do discurso em sociedade, uma vez que ele é responsável pela construção das significações de mundo vigentes (Fairclough, [1992] 2008).

Parte de uma dissertação de mestrado vinculada ao Programa de Pós-graduação em Linguística Aplicada da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, este trabalho é uma amostra de como o tema é abordado pelo governo federal, e se propõe a fazer uma reflexão sobre o possível impacto que determinadas articulações discursivas podem causar na sociedade como um todo, uma vez que textos estabelecem as posições tomadas pelos sujeitos (Fairclough, 2008).³

Os textos considerados para este trabalho foram selecionados de acordo com o recorte da dissertação, cuja seleção dos *corpora* se dá no primeiro semestre de 2012, que consiste em textos do governo federal, disponíveis no site oficial do plano Brasil sem miséria; da revista Veja, representante da mídia; e dos vários blogs da Central Única das Favelas - CUFA. Assim, aqui, recolhemos dois textos do site oficial do Plano *Brasil Sem Miséria*. São eles “*Governo federal pretende localizar 320 mil famílias extremamente pobres este ano*” e “*Crescimento econômico só com inclusão social, diz ministra*”.

Como aporte teórico, foram considerados os preceitos da Abordagem Sociológica e Comunicacional do Discurso (ASCD),

3. Este trabalho, bem como toda dissertação, faz parte de um projeto maior da orientadora, Cleide Faye Pedrosa, intitulado Poder e linguagem: manifestação da globalização e do globalismo nos discursos e nas práticas sociais (Propesq-Reuni 2012 (01/01/2012 a 31/12/2012/ PVC7483-2011).

postulados em Pedrosa (2012, 2013), que, dentre outros aspectos que serão adiante ponderados, ancora-se nos preceitos sociológicos de Bajoit (2006b), e das categorias do Sistema de Avaliatividade da Linguística Sistêmico-Funcional, como proposto por Martin e White (2005), que darão subsídios para a análise linguística.

1. A Abordagem Sociológica e Comunicacional do Discurso

A Abordagem Sociológica e Comunicacional do Discurso emerge como uma corrente da análise de discurso, que, dentre outras coisas, se dispõe a “investir em estudos identitários, articulando as identidades sociais e individuais” (Pedrosa, 2012: 19) se valendo, inicialmente, dos estudos das mudanças sociais presentes em Bajoit (2006b), na comunicação para a mudança social de Navarro (2010) e nos estudos culturais de Hall (2005).

Assim, a ASCD se apresenta como o principal aporte teórico neste artigo para fazer emergir as representações da pobreza feitas pelo governo federal no *corpus* selecionado para este trabalho. Nossa proposta, aqui, é caminhar por questões relacionadas às identidades que o governo constrói para os que vivem em situação de pobreza de acordo com as categorias de Bajoit (2006a).

De acordo com Pedrosa (2012), a ASCD é uma abordagem brasileira que dialoga com outras abordagens discursivas e outras áreas do conhecimento, pelo seu caráter transdisciplinar. No entanto, é importante que uma pequena ressalva seja feita: apesar de dialogar com frequência com a corrente social de Norman Fairclough, as duas correntes analíticas não devem ser confundidas, haja vista a corrente brasileira ter outras fontes além da corrente britânica, fato que, por si só, já estabelece diferença epistemológicas.

No contexto dos estudos brasileiros em análise de discurso, a ASCD “se anuncia como uma proposta que procura (re)discutir algumas questões primordiais, como: sujeitos e identidades, tipos de mudanças sociais e culturais, tipos de poder, entre outras”

(PEDROSA, 2013: 2), e, neste trabalho, aparece, sobretudo, nas questões relacionadas ao poder.⁴

Metodologicamente, nosso trabalho atentará para: a) a materialidade linguística, analisando os excertos mais propensos para as análises através do Sistema de Avaliatividade; b) para as conduções de produção e distribuição dos textos; e c) para a classificação denominada *Rostos da pobreza*, de acordo com Bajoit (2006a).

Utilizaremos o Sistema de Avaliatividade da Linguística Sistêmico-Funcional, por entendermos que, para o cumprimento dos nossos objetivos, é o aporte mais adequado. Atendremos para a) Atitude, que, de acordo com Martin e White (2005), é responsável pela emoção, e se divide em três subcategorias, *afeto* (emoções), *juízo* (comportamento humano) e *apreciação* (coisas e objetos); b) Gradação, que engloba questões que atenuam ou asseveram sentidos valorativos (Souza, 2011); e c) Engajamento, que negocia os sentidos de valor através da expansão ou redução dialógica (monoglossia e heteroglossia). Esta escolha é respaldada pelo objetivo geral desta pesquisa, que visa a identificar a forma com que a imagem do pobre se consubstancia nos discursos proferidos pelo governo federal, pela mídia, e pela representação da pobreza. Quanto à classificação dos pobres, será explorada adiante.

2. Por que estudar o discurso sobre a pobreza?

Ultimamente, a pobreza extrema tem recebido um grande enfoque no Brasil, uma vez que os últimos governos deram importância a este problema social em seus discursos e práticas. Isso se deu porque, mesmo que a sociedade tenha evoluído junto com a tecnologia, ainda não se conseguiu acabar com a pobreza e a exclusão social causada por ela devido à própria maneira como as sociedades se organizaram ao longo dos séculos.

4. Para conhecer mais textos sobre a ASCD, visite o site www.ascd.com.br.

Em nossa república, o combate à pobreza extrema foi a principal bandeira da candidata e atual presidenta, Dilma Rousseff – que, obviamente, dizia querer continuar os projetos de Lula, o que nos permite entender que o discurso de combate à miséria era/é uma tendência governamental/política/partidária –, o que proporcionou uma maior divulgação do tema para o grande público, uma vez que, mesmo que ele fosse presente na vida das pessoas, o combate à pobreza e à miséria teve sua ‘importância’ revigorada por ser tratado e retratado rotineiramente no discurso governamental com ênfase ainda maior do que a dada pelas políticas públicas anteriores.

O tema não é um privilégio do Brasil, pois se trata de um fenômeno mundial. Nesse sentido, é Santos (2002) quem nos informa que, com o passar do tempo, a pobreza vai se alastrando e que, nos últimos trinta anos, a desigualdade da distribuição de renda no mundo aumentou assustadoramente. No Brasil, “o contingente de pessoas em extrema pobreza totaliza 16,27 milhões de pessoas⁵, o que representa 8,5% da população total” (Brasil, 2011). No entanto, o governo (Brasil, 2012a) afirma que este número é bem menor do que era nos governos passados, em que a pobreza extrema atingia quarenta e quatro milhões de habitantes.

Esta preocupação coletiva em acabar ou diminuir a pobreza extrema se dá porque, com sete bilhões de pessoas vivendo no Planeta Terra, este problema primitivo tenha braços muito mais salientes hoje do que em anos atrás, justamente porque o “modelo capitalista adotado pela maioria dos países subdesenvolvidos, somado à explosão demográfica, resultaram numa explosão urbana e concentração da riqueza e na pobreza nas cidades” (Santos, 2009: 57), e, no Brasil, claro, não é diferente.

E, pela perspectiva que adotamos, se o estudo da linguagem deve estar ligado às práticas sociais, ao uso real da linguagem no cotidiano dos usuários, tomar um veículo de comunicação do governo federal e se debruçar sobre a(s) identidade(s) que ele pode construir sobre a pobreza e sobre o pobre é enveredar pela construção das significações

5. Para ilustração, deste total, 59,1% estão concentrados no Nordeste.

de mundo da sociedade – que estão num processo constante de transformação.

Para classificar a forma com que o pobre é retratado pelo governo federal, recorremos a Bajoit (2006a) que elenca quatro formas de caracterizar os pobres, com o que ele chama de “rostos da pobreza”, são elas: a) Pobre como *Marginal*⁶ (não participa dos mesmos eventos dos outros cidadãos por viver numa subcultura); b) Pobre como *Explorado* (explorado pela classe econômica, mas excluído por falta de proteção); c) Pobre como *Dependente* (não tem autonomia, nem recursos materiais ou formação); e d) Pobre como *Desafiliado* (isolado, desestimulado, sem participação na sociedade organizada). É a partir destas distinções dos pobres que faremos nossas análises, sempre com o intuito de esclarecer em qual destas classificações o governo, a mídia e a representação da pobreza enquadram os pobres brasileiros e/ou a face da pobreza delineada.

Podemos, a partir de Bajoit (2006a), entender que nem todos os que vivem nas mesmas condições precárias são pintados pelos outros da mesma forma, pois

os ‘excluídos’ não constituem, propriamente, um grupo homogêneo. São mais precisamente um conjunto de indivíduos separados de seus atributos coletivos, entregues a si próprios, e que acumulam a maioria das desvantagens sociais: pobreza, falta de trabalho, sociabilidade restrita, condições precárias de moradia, grande exposição a todos os riscos da existência, etc. (Castel, 2006: 63).

Nesta perspectiva, nossa intenção é discutir como a pobreza e os pobres são representados nos textos escolhidos, com que mecanismos linguísticos o social é retratado e, ainda, como a ideologia e as significações sobre o pobre são externadas para uma vasta quantidade de leitores que recebem os discursos daqueles que têm vasto Poder-Influência, que é a capacidade de obrigar aos membros a respeitar a solidariedade mútua e assumir compromissos entre seus interesses e projetos (Bajoit, 2006b), ou seja, por ter este poder, ao governo é

6. Que está fora do centro da sociedade, sem as conotações de criminalidade que é mais comum, atualmente, no meio social.

possibilitado a fazer com que determinados grupos, ou mesmo uma ideia, sejam, por exemplo, aceitos ou rejeitados pela sociedade.

Assim, esclarecidas as formas e os intuitos deste trabalho, passemos às análises propriamente ditas.

3. o discurso do Governo Federal

Os textos a seguir foram selecionados dos *corpora* que compõem o discurso do governo federal utilizado na pesquisa já referida, são eles: *Governo federal pretende localizar 320 mil famílias extremamente pobres este ano*, publicado no dia 14 de fevereiro de 2012; e *Crescimento econômico só com inclusão social, diz ministra*, publicado em 22 de maio de 2012. Ambos, publicados no site do plano *Brasil sem miséria*, têm um foco parecido: as famílias e os indivíduos que vivem em pobreza extrema, termo utilizado como sinônimo de miséria pelo governo federal. A ancoragem na classificação feita por Bajoit (2006a) possibilita a identificação de como as pessoas que vivem na pobreza são representadas, pintadas; como o pobre tem sua identidade construída por um veículo midiático da instituição que, em tese, detém mais poder em nossa sociedade.

A notícia intitulada *Governo federal pretende localizar 320 mil famílias extremamente pobres este ano*, fala da inclusão de milhares de famílias que vivem em extrema pobreza no Cadastro Único para Programas Sociais (*CadÚnico*), para que, assim, possam ser beneficiadas pelo Bolsa Família. Tanto neste texto quanto no outro escolhido, a voz da ministra do desenvolvimento social e combate à fome, Tereza Campello, aparece, o que evidencia claramente a voz do governo, mesmo que o fato do texto ter sido publicado num de seus veículos sociais já valesse a nossa análise, como no terceiro parágrafo do texto. Eis um trecho.

Ainda segundo a ministra, o governo federal pretende estabelecer novos pactos com os estados para complementar a renda das famílias localizadas pelo Brasil Sem Miséria. Hoje, lembrou Tereza Campello,

nove estados já participam do plano. “Essa estratégia é importante porque não só unifica os cadastros, mas complementa a renda” (Brasil, 2012c).

Nesse excerto, há o discurso direto da ministra, que fala sobre a estratégia de busca das famílias para inclusão no CadÚnico e da participação de nove estados da federação. No trecho: “*essa estratégia é importante porque não só unifica os cadastros, mas complementa a renda*”, a *apreciação*, que seria a avaliação de coisas ou objetos (Souza, 2011), valorativa da *estratégia* pelo item lexical *importante* empresta ao governo, responsável pela busca ativa, uma imagem positiva. Neste caso, não só a há apreciação da estratégia, mas, também, o julgamento positivo do governo federal em decorrência de suas ações.

Em outros textos também presentes do site, o governo fala que a busca ativa tem o intuito de ‘resgatar os mais pobres’. Partindo deste pressuposto, a construção da ministra fortalece a imagem do pobre como dependente, como aquele que precisa do governo para conseguir ascender. A ministra, representante do governo federal, afirma claramente essa ideia em “*No ano passado, incluímos 1,3 milhão de crianças no Bolsa Família*” (Brasil, 2012c), no quinto parágrafo. Ora, só se inclui o que está fora, e, segundo o governo federal, sem inclusão não há crescimento. Neste aspecto, a postura do governo ao criar o *Bolsa Família* já trazia para si a imagem (e a função) de resgatar os pobres miseráveis de suas posições sociais. Ao trazer à tona o número de incluídos, o governo – na voz da ministra – se autointitula o salvador, aquele que provém e, por conseguinte, faz com que os pobres sejam entendidos como aqueles que são incapazes de se incluir não apenas no *Bolsa Família*, mas, participativamente, nas engrenagens da sociedade em que vivem.

Na mesma trajetória, no segundo texto selecionado para análise, *Crescimento econômico só com inclusão social, diz ministra*, a ministra diz: “*O Brasil ter conseguido tirar milhões de pessoas da pobreza e integrá-las à classe média é fruto das decisões de um governo preocupado em construir políticas de inclusão*” (Brasil, 2012b).

O verbo escolhido para nomear a ação do governo no auxílio social foi *integrar*, que seria o ato de *incluir*, *colocar*, neste caso, as pessoas pobres na sociedade. Aqui, o pobre aparece como excluído, alguém que não faz parte da classe média, classe símbolo dos últimos governos, classe que abriga a maior parte dos brasileiros. Segue o primeiro parágrafo deste texto que fala da participação da Tereza Campello no em reunião sobre o desenvolvimento social no Mercosul.

O Brasil ter conseguido tirar milhões de pessoas da pobreza e integrá-las à classe média é fruto das decisões de um governo preocupado em construir políticas de inclusão”, disse nesta quarta-feira (16), em Assunção, a ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Tereza Campello, ao fazer palestra sobre o crescimento do país para ministros da área social do Mercosul. “O Brasil cresce porque inclui. Não precisa esperar o bolo crescer, pois é incluindo a população mais pobre que se desenvolve”, acrescentou Tereza Campello, durante o seminário internacional promovido pelo governo paraguaio com apoio do Instituto Social do Mercosul (ISM) (Brasil, 2012b).

Percebemos preocupação em evidenciar a necessidade de se criar outros mecanismos de ‘resgate’ social, uma vez que, pressupõe-se, o *Bolsa Família*, sozinho, não é suficiente. O governo fala, no primeiro texto, que no ano passado, 2011, “407 mil famílias em situação de pobreza extrema foram localizadas pela busca ativa e incluídas no Cadastro Único para receber o Bolsa Família” (Brasil, 2012c), então, se o programa fosse suficiente, não haveria a necessidade da criação do *Plano Brasil sem Miséria*.

Ainda neste trecho, a imagem do pobre é reconstruída. Se as pessoas foram localizadas é porque estavam perdidas, e avaliar uma pessoa ou um grupo desta maneira elucida um afeto negativo. Deste modo, é possível afirmar, de acordo com o Sistema de Avaliatividade, que as escolhas feitas pelo governo para retratar o pobre, caracteriza os que vivem em situação de pobreza extrema como seres excluídos da sociedade, são pessoas que, agora encontradas, serão ‘incluídas’ na sociedade pelo governo, através do Bolsa Família.

Voltando ao trecho do segundo texto, a ministra Tereza Campello, diz que “*O Brasil cresce porque inclui. Não precisa esperar o bolo crescer, pois é incluindo a população mais pobre que se desenvolve*” (Brasil, 2012b). Assim, claramente postula que o desenvolvimento do país está, de acordo com o governo federal, diretamente ligado à distribuição de renda.

Neste texto, a palavra incluir e suas variações (inclusão, incluindo), que aparece, também, no título, são repetidas sete vezes. Este recurso, segundo a Avaliatividade, é chamado de repetição (Souza, 2010), e está inserido na categoria de gradação, mais especificamente na subcategoria de força, e é utilizado para chamar a atenção do interlocutor e dar peso, ênfase ao discurso do governo federal. O pobre, desta maneira, é retratado, mais uma vez, como aquele que está fora do núcleo da sociedade, e indica que a imagem que o governo, até aqui, postula dos que vivem na pobreza ou na pobreza extrema é de sujeitos sociais desfavorecidos e marginais, ou seja, o pobre é marginal porque está “socializado numa subcultura diferente daquela da maioria das pessoas” (Bajoit, 2006a: 92); e, ainda, dependente, pois “não tem autonomia e não tem sucesso, porque não tem capital social suficiente” (*idem*).

Na tentativa de amenizar esta ideia que o governo transmite acerca dos menos abastados, a ministra Tereza Campello afirma que “*A população pobre não quer favor, mas sim oportunidade*” (Brasil, 2012b). Neste trecho, a ministra utiliza a palavra *oportunidade* em oposição a *favor*, este recurso, traz significações diferentes, mais positivas, pois empresta uma imagem menos passiva ao pobre, que, ao mesmo tempo, é *dependente*, já que quem vive na pobreza. Assim, por inferência, o pobre é descrito como desfavorecido, que não teve oportunidades, ao invés de acomodado, inerte.

A nosso ver, isso pode se dá pela própria política de governo do Partido dos Trabalhadores, assim como uma possível preocupação com a opinião pública, que pode acusá-lo, como ocorreu em várias situações, de assistencialista ou adjetivos afins. Oportunidade está no campo semântico da economia, por exemplo, “oportunidade de emprego”, “oportunidade de um bom estudo”, etc. Se a intenção

nos textos é criar a uma identidade de trabalhador (mesmo que não trabalhe ainda) para o pobre, o governo não pode usar itens como *favor*, *boa vontade*, etc. De acordo com Vian Jr. (2011), através da linguagem, avaliamos o outro, e uma escolha lexical poderá atribuí-lo uma imagem negativa ou positiva.

Segundo Mancebo (2002), não temos, hoje, uma cultura cuja imagem é coesa e coerente, o que vai ao encontro das afirmações de Hall (2005) que pregam que as identidades não são fixas, que estão em constante movimento. A premissa de que a identidade, com o passar do tempo, é mutável, permeia o senso comum, e esta ciência permite ao governo federal contribuir para que a imagem do pobre, e, conseqüentemente, da pobreza possam ser modificadas.

Um exemplo disso é o uso do termo *pobreza extrema* em lugar de *miséria*, uma vez que o governo quer acabar com este problema social, não seria funcional ficar utilizando uma nomenclatura que, ao longo do tempo, foi adquirindo um revestimento pejorativo. Além disso, no discurso do governo, a transição entre as classes sociais é sempre destacada, vejamos:

A ministra apresentou dados sobre os avanços sociais do Brasil. De 2003 até agora, 28 milhões de pessoas saíram da pobreza e 39,5 milhões entraram na classe média. Com o Brasil Sem Miséria, o governo quer tirar 16,2 milhões de brasileiros da extrema pobreza. As famílias extremamente pobres têm renda mensal de até R\$ 70 por pessoa. Ela destacou ainda que o Bolsa Família atende hoje 13,4 milhões de beneficiários e citou o Brasil Carinhoso, que tem a meta de reduzir o número de famílias extremamente pobres com filhos de 0 a 6 anos (Brasil, 2012b).

No texto, o governo afirma que, num determinado período de tempo (2003 – 2012), vinte e oito milhões de pessoas *saíram* da pobreza e outras quase quarenta milhões *entraram* na classe média. Antes de mais nada, é possível identificar uma diferença entre os números de saída e entrada, o que deixa subtendido que pessoas que estavam abaixo da linha da pobreza, pelo contexto, ascenderam à classe média. Quanto ao uso dos verbos, pelo Sistema de Avaliatividade, há um

processo de repetição, uma vez que as palavras concernem ao mesmo campo semântico (mudança, movimento) são postuladas (Souza, 2011). Além disso, é posto que “o governo quer tirar” outros mais de dezesseis milhões de “brasileiros da extrema pobreza”, e *tirar*, da forma como está usada, tem sentido de *resgatar*. Ora, só se resgata quem está preso ou perdido, e, mesmo que não marcado explicitamente, avaliar os que vivem em extrema pobreza como presos ou perdidos é uma avaliação negativa daqueles indivíduos. Quem está nesta situação precisa de ajuda, e, neste caso, este indivíduo, novamente, é pintado como *dependente e marginal*, de acordo com Bajoit (2006a).

Esta imagem é fortalecida pelo uso do verbo *atender* ao falar sobre as famílias que vivem em extrema pobreza que recebem o auxílio do *Bolsa Família*. Comumente, utilizando este item lexical em situações cujo atendido está em necessidade, por exemplo, um médico *atende* ao paciente, uma pessoa *atende* o telefone (pressupõe-se que quem liga precisa de algo, mesmo que dizer olá), o veículo *atende* às necessidades do usuário, etc. Assim, o governo se apresenta como salvador, aquele que dá atendimento através de um programa social para a população que, sozinha, não consegue sair de sua realidade.

Para concluir, fazendo uma possível alusão ao fato de que o governo federal serviria de modelo e/ou tem coerência/respeito frente a outros Estados da região, o segundo texto traz a voz do diretor do Instituto Social do Mercosul – ISM, Christian Adel Mirza, no trecho final:

É preciso discutir a integração não somente do ponto de vista econômico, mas de modo a conciliar com a agenda social”, disse Mirza, reforçando a discurso da ministra brasileira. “Trata-se de falsa oposição entre econômico e social (Brasil, 2012b).

Aqui, é notória a intenção de postular que a preocupação com o outro, com os que vivem na pobreza ou na miséria não é apenas econômica, mas, também, e, especialmente, social. Ao trazer o presidente do ISM, o governo federal, em seu discurso, concorda com as palavras proferidas pelo senhor Mirza, e postula, claramente, que

o plano *Brasil sem miséria*, que abarca grandes programas nacionais como *Bolsa Família*, *Brasil Carinhoso* – que complementa a renda das famílias com crianças de até seis anos –, etc., tem um olhar voltado para o social, e não, apenas, econômico.

Para Fairclough (2008: 94), “ideologia são os significados gerados em relações ao poder como dimensão do exercício do poder e da luta pelo poder”. Nesta perspectiva, o governo federal utiliza seu Poder-Influência para impingir uma determinada ideologia que influenciará na identidade dos pobres. Isso se torna possível porque “os discursos não apenas refletem ou representam entidades e relações sociais, eles as ‘constituem’; diferentes discursos constituem entidades-chaves (sejam eles a ‘doença mental’, a ‘cidadania’ ou o ‘letramento’) de diferentes modos e posicionam as pessoas de diversas maneiras como sujeitos sociais” (*idem*: 22).

Porém, não é porque o governo, por ser, teoricamente, a instituição que detém mais poder no Estado que o indivíduo, neste caso pobre, não tem autonomia sobre a sua própria identidade, pois “negociar a sua interação social, seus conflitos, suas histórias, suas línguas” (Navarro, 2009: 52) é uma característica deste indivíduo que, de acordo com Bajoit (2006b), se postula como sujeito ao gerir a sua identidade pessoal.

Considerações finais

Por se tratar de uma pesquisa em desenvolvimento, algumas questões, naturalmente, ficam abertas e devem ensejar novos questionamentos e novas análises para que se estabeleçam as relações entre os discursos e os sujeitos sociais. Aqui, trazemos uma pequena amostra, ainda embrionária, de como a Abordagem Sociológica e Comunicacional do Discurso, que tem muito mais ‘ferramentas’ a serem exploradas, pode proporcionar uma análise social com base discursiva, sobretudo pelo seu olhar quanto as identidade sociais e coletivas, pode contribuir para as pesquisas sociais cujo discurso é privilegiado.

Fica, aqui, marcado que “analisar o conjunto da produção cultural de uma sociedade – seus diferentes textos e suas práticas – para entender os padrões de comportamento e a constelação de ideias compartilhadas por homens e mulheres que nela vivem” (Costa *et al.*, 2003: 37) é imprescindível para a compreensão das idiossincrasias sociais, sobretudo da mazela social mais cruel, a miséria ou pobreza extrema.

No esboço de análise trazida aqui, podemos compreender, a partir dos recursos semântico-discursivos, que o governo cria a imagem do pobre como um sujeito social desfavorecido e *marginal*, e, ainda, como *dependente*, de acordo com Bajoit (2006a), e difunde esta imagem pelo alcance de seu poder. A esse respeito, van Dijk (2008: 89) afirma que “muito do poder ‘moderno’ nas sociedades democráticas é mais persuasivo e manipulador que coercitivo (uso da força) ou incentivador”. Desta maneira, com o objetivo de banir a miséria do Brasil, o discurso da presidenta opta por não utilizar esta palavra, além de trazer itens lexicais concernentes ao campo semântico da mudança, o que empresta uma imagem positiva ao discurso.

Já podemos perceber, por esta análise, que a relação entre a pobreza e a estrutura econômica do país é bem estreita, ou seja, nosso sistema é capitalista, então, os pobres precisam trabalhar para que a economia seja movimentada. Na concepção difundida pelo governo, a solução a ser dada para se erradicar a pobreza está vinculada à capacidade de o sujeito social pobre poder auxiliar na movimentação econômica do país.

Para concluir, mesmo deixando algumas lacunas e questões sem respostas contundentes, reafirmamos a importância do papel da academia na contribuição para a resolução das tragédias sociais que fazem com que pessoas, “brasileiros” – resgatando nosso sentimento de amor nacional tal qual fez o governo em Brasil (2012b) – possam abandonar a exclusão social trazida pela pobreza extrema e fazer parte de uma sociedade igualitária. E isso se faz, também, pelo discurso, o veículo que promove imagens e distribui significações, o que é imprescindível para a promoção de mudanças.

Referências

Bajoit, G. Olhares sociológicos, rostos da pobreza e concepções do trabalho social. In: C. M. Balsa; L. W. Boneti; M. Soulet. *Conceitos e dimensões da pobreza e da exclusão social: uma abordagem transnacional*. Ijuí: Editora Unijuí, 2006a, pp. 91-102.

_____. *Tudo Muda*: proposta teórica e análise da mudança sociocultural nas sociedades ocidentais contemporâneas. Ijuí: Editora Unijuí, 2006b.

Brasil. *Brasil Sem Miséria*: apresentação. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. Disponível em: <<http://www.brasilemmiseria.gov.br>> Acesso: 27 de Fevereiro de 2012a.

_____. *Crescimento econômico só com inclusão social, diz ministra*. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Plano Brasil sem miséria. Disponível em <<http://www.brasilemmiseria.gov.br/noticias/noticias-geral/crescimento-economico-so-com-inclusao-social-diz-ministra>> 22/05/2012 Acesso em 04 de junho de 2012b

_____. *Governo federal pretende localizar 320 mil famílias extremamente pobres este ano*. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Plano Brasil sem miséria. Disponível em <<http://www.brasilemmiseria.gov.br/noticias/noticias-geral/governo-federal-pretende-localizar-320-mil-familias-extremamente-pobres-este-ano>> 14/02/12 Acesso em 22 de fevereiro de 2012c.

_____. *O perfil da Extrema Pobreza no Brasil com base nos dados preliminares do Censo 2010*. Nota do MDS. Brasília, 02 de maio de 2011. Disponível em: <http://www.brasilemmiseria.gov.br/wp-ontent/themes/bsm2nd/perfil_extrema_pobreza.pdf> Acesso: 11 de novembro de 2011.

Castel, R. Classes sociais, desigualdades sociais, exclusão social. In: C. M. Balsa; L. W. Boneti; M. Soulet. *Conceitos e dimensões da pobreza e da exclusão social: uma abordagem transnacional*. Ijuí: Editora Unijuí, 2006, pp. 63-78.

Costa, M; Silveira, R; Sommer, L. *Estudos culturais, educação e pedagogia*. Disponível em <<http://www.scielo.br>>. Acesso em 7 abr. 2012.

Fairclough, N. *Discurso e mudança social*. Trad. Coord. I. Magalhães. Brasília: Editora UnB, 2008.

Mancebo, D. Globalização, cultura e subjetividade: discussão a partir dos meios de comunicação de massa. *Psicologia: Teoria e Prática*, 18(3),

2002. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-37722002000300008&script=sci_arttext>. Acesso em 2 fev. 2012.

Martin, R.; White, P. *The language of evaluation: appraisal in English*. Longon: Palgrave, 2005.

Pedrosa, C. *Abordagem Sociológica e Comunicacional do Discurso*. Herança teórica da sociologia (aplicada) para a mudança social. Manuscrito inédito. Disponível em <<http://ascd.com.br/Material%20para%20o%20site/Quem%20somos/Cleide/SITE%20%20ABORDAGEM%20SOCIOLOGICA%20E%20COMUNICACIONAL%20DO%20DISCURSO.pdf>> Acesso em 23 nov. 2012.

_____. *Entre os sujeitos e as identidades individuais: leitura crítica dos discursos (virtuais) a partir da Teoria Sistêmico-Funcional*. Manuscrito inédito. Disponível em <ascd.com.br>. Acesso em 10 fev. 2013.

Santos, B. *A globalização e as ciências sociais*. São Paulo: Cortez, 2002.

Santos, M. *Pobreza urbana*. São Paulo: Editora da USP, 2009.

Souza, A. A Gradação: força e foco. In: O. Vian Jr.; A. Souza; F. Almeida. *A linguagem da avaliação em língua portuguesa*. Estudos sistêmico-funcionais com base no sistema de avaliatividade. São Carlos: Pedro & João Editores, 2011, pp. 191-204.

van Dijk, T. A. *Discurso e poder*. São Paulo: Contexto, 2008.

Vian Jr. O. O sistema de Avaliatividade. In: O. Vian Jr.; A. Souza; F. Almeida. *A linguagem da avaliação em língua portuguesa*. Estudos sistêmico-funcionais co base no sistema de avaliatividade. São Carlos: Pedro & João Editores, 2011, pp. 19-30.